

SABERES GEOGRÁFICOS INTEGRADOS AOS ESTUDOS TERRITORIAIS SOB A ÓTICA DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS, SERTÃO DE CAROLINA/MA

GEOGRAPHIC KNOWLEDGE INTEGRATED TO TERRITORIAL STUDIES FROM THE NATIONAL PARK OF CHAPADA DAS MESAS IMPLANTATION PERSPECTIVE-COUNTRY OF CAROLINA/MA

Ana Rosa MARQUES¹

Margarete Cristiane de Costa Trindade AMORIM²

Resumo: Este trabalho apresenta a importância da conservação ambiental por intermédio das unidades de conservação do Brasil no bioma cerrado. Apresenta-se como objetivo geral: desenvolver uma análise integrada do meio ambiente da região da Chapada das Mesas sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas no período de 2005 a 2009; e, os específicos: compreender como ocorreram as principais ações desenvolvidas na fase posterior à sua criação e a percepção da população sobre essa questão. Os pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos seguiram uma perspectiva do sistema GTP, onde os estudos do meio ambiente necessitam de uma abordagem mais complexa, com a coleta e análise de dados alicerçados na linha da pesquisa qualitativa. Apresentam-se como resultados: o ordenamento territorial deve partir da valorização da paisagem como sustentáculo da memória coletiva das populações do lugar e a sua importância para a melhoria da conservação ambiental. Destacando-se a territorialidade do sertanejo, a paisagem impressa na memória desses territórios e os conflitos que emergem dos seus diversos usos, em direção à consolidação do diálogo necessário entre as instituições governamentais e não governamentais desta área de estudo.

Palavras-chave: Unidades de conservação, Paisagem, Ordenamento territorial, Territorialidade.

Abstract: This work present the importancy of environment conservation between about this Brazil conservation unities in *cerrado* ecosystem. Present as general objective: to develop a integrate about environment the region of the National Park of the *Chapada das Mesas* in period of 2005 at 2009; and, the specifics: to understand as happened the principal acion developed in subsequently the your creation and the people perception about this question. The teory presupposes and methodlogic behaviours follow a system GTP perspective, where the studies of environment need of the more complex approach. Present as results: the territory organization must from landscape value with collective memory base from the place and the your importance to the improvement of the environment conservation. Detach the rustic territorialoialidad, the landscape printed in memory these territory and the conflicts that emerge from your several uses, in direction the consolidate of the dialogue necessary between the governations institutions and not governations these study space.

Keywords: Conservation unities, Landscape, Territory organization, Territorialidad.

Introdução

¹ Professora Adjunta I do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhã, pesquisadora FAPEMA.

² Doutora em Geografia, Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente, e-mail: mccta@fct.unesp.br

Este trabalho teve como objetivo desenvolver uma análise integrada do meio ambiente da região da Chapada das Mesas sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas no período de 2005 a 2009 para compreender como ocorreram as principais ações desenvolvidas na fase posterior à sua criação e os resultados alcançados perante a percepção da população da área de influência da unidade de conservação em estudo.

Também teve como propósito discutir a participação social no contexto da gestão ambiental da área em questão, apresentar as visões dos diversos sujeitos envolvidos na implementação da UC contextualizando o histórico da criação da unidade de conservação e os usos desse território.

Partiu-se da hipótese de que o processo de criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, como unidade de conservação de categoria proteção integral, não priorizou o estudo da territorialidade das populações que habitam essa área. Além disso, na implantação do Parque, não se levou em consideração os processos históricos da ocupação da região que resultou na organização social presente nas configurações territoriais consolidadas nesta área de estudo. Considera-se também, que as rápidas transformações paisagísticas que estão em curso nesta região afetam a noção de pertencimento da sociedade sob o ponto de vista da percepção ambiental.

1. Pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos

Utiliza-se uma perspectiva geográfica interdisciplinar com o apoio do sistema GTP: Geossistema- Território e Paisagem, para ampliar os conhecimentos a serem gerados pela pesquisa. Pois, esse modelo procura interagir com diversas formas de análise de um mesmo espaço territorial, começando pela concepção do geossistema. À esse respeito, Bertrand; Bertrand (2007) definem que:

O geossistema serve para designar um “sistema geográfico natural homogêneo associado a um território”. Ele se caracteriza por uma morfologia, isto é, pelas estruturas espaciais verticais (os geohorizontes) e horizontais (os geofácies) um funcionamento, que engloba o conjunto de transformações dependentes da energia solar ou gravitacional, dos ciclos da água, dos biogeociclos, assim como dos movimentos das massas de ar e dos processos de geomorfogênese. (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 51).

Partindo desse pressuposto, iniciou-se uma análise do nosso objeto de estudo delimitando-se o geossistema em unidades espaciais, “a partir de uma grade taxocorológica com duas entradas: uma entrada horizontal (geotópo, geofácies, geocomplexo, etc.) e uma entrada vertical (geohorizontes)” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 91), que representa o espaço-tempo da natureza antropizada, ou seja, é a "fonte" (SOURCE) jamais captada, representando o natural que está passando por um processo de antropização.

O conjunto de todas essas unidades paisagísticas compõe o geocomplexo, que engloba os conjuntos de várias fisionomias de paisagem, que podemos considerar, como a delimitação da unidade de conservação, o Parque Nacional da Chapada das Mesas e a sua área de abrangência denominada Chapada das Mesas.

Após as delimitações e análises do geossistema, que possibilitou uma compreensão maior sobre as formações geoambientais do PNCM e área de abrangência, apresentou-se a análise territorial, partindo de uma concepção inicial mais naturalizada, de Bertrand; Bertrand

(2007) que traduz o território como base territorial, concreta, justificado quando discutimos que a natureza está presente e impregnada mesmo nos espaços mais artificializados.

Essa conceitualização sobre o território se dá em um contexto específico imerso em uma abordagem naturalista que irá permear a análise inicial, partindo da entrada pelo geossistema, sendo complementada com as outras noções acerca do território apresentada por Raffestin (1993) que contempla as diversas relações humanas, que estão e atuam em um determinado sistema territorial, que nem sempre são visíveis aos olhos, mas que englobam processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Essa discussão sobre o território complementa a análise inicial, que embasa a entrada via geossistema, que ao inserir a formação socioespacial possibilitada pelo viés da análise territorial, implementa e dá maiores significados à integração de saberes geográficos para a análise ambiental.

Somando-se à essas concepções destaca-se a importância da inserção do ordenamento territorial, que de acordo com Silva (2007, p. 297):

O ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecidos. Mas esse ordenamento não é apenas condição social de reprodução capitalista. É também reflexo de sua significação funcional e simbólica na totalidade social capitalista.

Segundo o autor, o ordenamento territorial é “mais que uma organização social, uma “forma”, um sistema dinâmico formado por objetos e ações que articulam lugares contíguos ou não em rede.” (SILVA, 2007, p. 297-298).

Assegura-se assim uma compreensão do território, partindo da visão sócio-econômica, não deixando de lado as outras abordagens sob a égide dos diversos poderes instaurados em um determinado espaço, seja ele estritamente físico, material, ou também do ponto de vista relacional. (RAFFESTIN, 1993).

Como um reforço na abordagem do GTP, apresenta-se a concepção sobre a paisagem que é antes de tudo uma imagem, que traz os aspectos sociais que dão identidade ao lugar, e com base em Bertrand; Bertrand (2007, p.224).

A paisagem se inscreve no espaço real e corresponde a uma estrutura ecológica bem determinada: mas ela só é “apreendida” e qualificada enquanto tal a partir de um mecanismo social de identificação e de utilização. [...] aparece cada vez menos como uma estrutura ecológica e social e cada vez mais como um processo de transformação, logo, como um fenômeno inscrito na história. Ela é uma interpretação social da natureza. E o método consiste, pelo menos em um primeiro tempo, em ir da sociedade para a natureza.

Partindo dessa compreensão sobre a paisagem, suporte para futuras argumentações sobre a área de estudo proposta neste trabalho, que busca uma discussão da conservação de espaços territoriais naturais, que possuem paisagens historicamente construídas e possuidoras de singularidades que as distinguem de quaisquer outras do território brasileiro, ampliou-se a seguir a base conceitual da paisagem como contribuição para os saberes geográficos.

A paisagem traduz a realidade e as múltiplas dimensões do espaço vivido, e neste sentido concorda-se com Guimarães (2007,p.35) onde descreve a paisagem como herança, como testemunho, impressos por uma objetividade do subjetivo

[...] tendo em vista que as realidades ambientais nos conduzem às múltiplas dimensões do espaço vivido, extrapolando os limites territoriais das demarcações de fronteiras político-administrativas. Nessa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, cujos aspectos se encontram em permanente evolução, sendo transformados a todo instante sob vários gradientes de extensão, intensidade, magnitude e duração.

Portanto, a inserção da análise da paisagem no modelo GTP vem para complementar a interpretação social da natureza iniciada com o território, sob a ótica da implementação do PNCM, buscando a compreensão sobre os processos sociais e as transformações dessa produção nos processos paisagísticos. Aliando a identidade das populações do local e a memória que está visível e impressa na paisagem do território da Chapada das Mesas.

1.1 A análise dos dados segundo a pesquisa quanti-qualitativa

Os dados levantados seguiram em sua maior parte uma linha da pesquisa qualitativa, buscando-se uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. O conhecimento não é separado em partes, está em constante movimento.

Quando nos referimos à pesquisa qualitativa, nos remetemos a uma definição de Minayo (1994), que escreveu :

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO et al., 1994, p. 21-22).

Para aprofundar as análises, realizou-se uma discussão sobre a percepção ambiental dos sujeitos envolvidos com a pesquisa no intuito de perceber o valor que os mesmos referenciam ao meio ambiente em que vivem e os problemas que eles percebem que existem no mundo que os cercam. (TUAN, 1980).

Para a execução da coleta de dados, utilizou-se também dados quantitativos que foram oriundos de pesquisas documentais em instituições governamentais e não governamentais, e a qualitativa em atividades de campo com o uso da observação participante, entrevistas abertas, diário de campo, arquivo fotográfico.

1.2 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa foram escolhidos pela sua ligação com o objeto de estudo (PNCM), desde o seu processo de criação e principalmente na fase inicial de sua implementação. Foram entrevistados ao todo 12 sujeitos, e agrupados seguindo o nível de ligação com o processo em questão, segundo quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Sujeitos da pesquisa	Ocupação e ligação ao processo de implantação da Unidade de Conservação
Monitor ambiental I	Representante da Associação dos monitores; participante do

	curso formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental II -	Representante da Associação dos monitores; participante do curso formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental III -	Ex-brigadista; funcionário de pousada e participante do Curso Formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental IV -	Artesão; participante do Curso Formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Monitor ambiental V -	Representante da Associação dos Agro-extrativistas; participante do Curso Formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Professor do município	Professor municipal; instrutor do Curso de Formação de monitores ambientais em 2006; personalidade muito conhecida no cotidiano da cidade de Carolina;
Empresário local	Empreendedor em várias modalidades na região ; investidor na área do turismo; apoiou ao curso de formação de monitores ambientais em 2006 e atividades correlatas.
Ambientalista regional	Ambientalista; um dos fundadores da associação ambientalista SOS rio Farinha, participante direto do processo de criação da UC.
Analista ambiental ICMBio/ IBAMA I	Servidora público federal, participante direta do processo de criação da UC.
Analista ambiental ICMBio/ IBAMA II	Servidor público federal, responsável pela UC durante a fase inicial de implementação no período de 2005 a 2009.
Analista ambiental ICMBio/IBAMA III	Servidora pública federal, responsável pela UC, junto a gerencia executiva estadual, na fase inicial de implementação – 2005/2007
Moradora do parque	Sertaneja que mora no interior da unidade de conservação

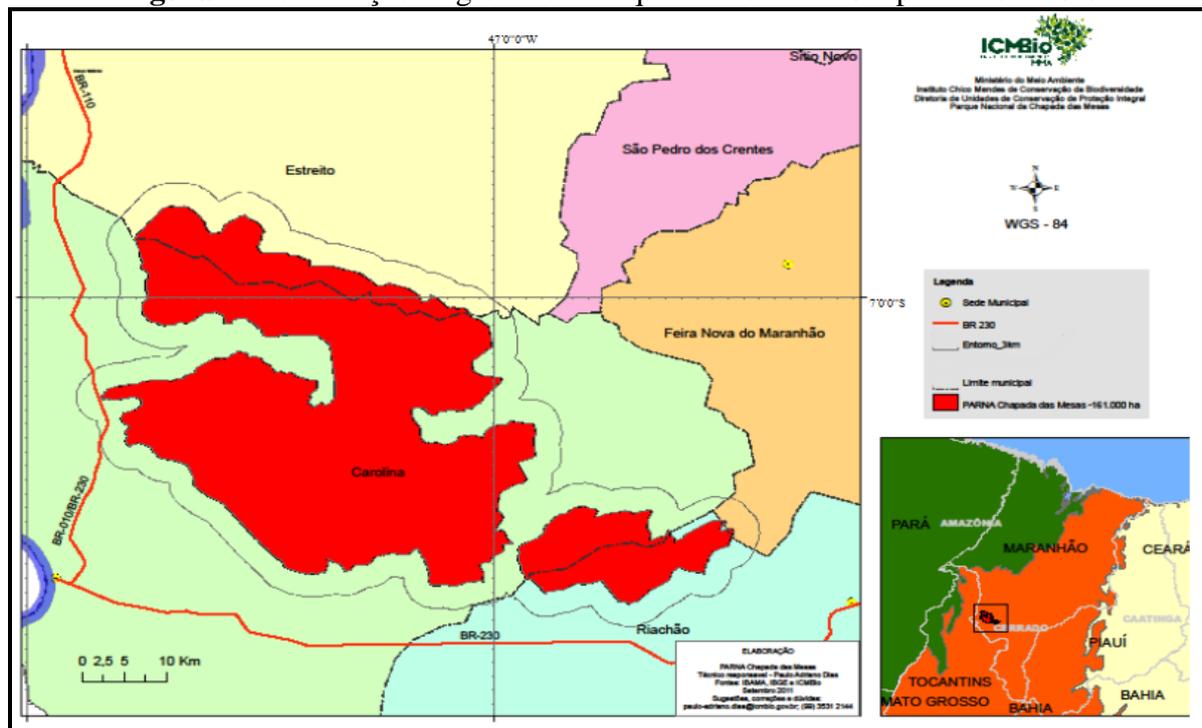
Fonte: MARQUES, 2012.

2. Contexto geográfico do sul maranhense com destaque para o parque nacional da Chapada das Mesas

2.1 Localização da área de estudo

Inicia-se a abordagem do cerrado sul maranhense, na região da Chapada das Mesas, com destaque para uma unidade de conservação criada pelo governo brasileiro denominado Parque Nacional da Chapada das Mesas que localiza-se na bacia do rio Tocantins em seu médio curso no sul do Estado do Maranhão, nos municípios de Estreito, Carolina e Riachão (Figura 1).

Figura 1- Localização Regional do Parque Nacional da Chapada das Mesas



Fonte : Arquivo ICMBio, DIAS, 2011.

2.2 A exploração biológica

A vegetação desta região é predominantemente de cerrado, com mata galeria, onde ocorrem grandes manchas de cerrado florestado, denominada cerradão, que em conjunto com os outros tipos de cerrado é de extrema importância para a manutenção da biodiversidade local e regional. (IBAMA,2006).

Em nossa área de estudo, são perceptíveis as alterações do cerrado, com uma configuração paisagística que alia a formação de chapadas com áreas de extensas matas galerias, presença de espécies tanto da floresta amazônica, como da caatinga e amplamente maior, dos cerrados e cerradões, com áreas bastante alteradas.

De acordo com a proposta de Ribeiro; Walter (1998), tais fisionomias foram classificadas como: campo sujo, campo rupestre, cerrado sentido restrito, palmeiral, veredas, mata ciliar, mata de galeria, mata seca, cerradão.

2.3 A ação antrópica no interior da unidade

As alterações no bioma cerrado do PNCM têm sido constituídas no decorrer do tempo, pela ocupação do gado extensivo e pelo sistema de plantio denominado roça no toco, que é um sistema tradicional de plantio de origem indígena, que utiliza o fogo para limpeza da área a ser cultivada, num método que mantém alguns remanescentes de árvores (tocos), e necessita a abertura de novas áreas florestadas para a sua implantação. Essas queimadas são a forma mais tradicional de limpeza de pasto e de produção do roçado, sendo frequentes nesta área de estudo. (IBAMA, 2009).

Uma paisagem resultado do uso constante de seus recursos naturais, mas que conseguiu preservar áreas do bioma com grande potencial de biodiversidade, que, neste momento, com a implementação da unidade de conservação, terá a possibilidade de se recuperar, à medida que forem diminuindo essas pressões antrópicas nesse bioma.

3. Territórios: colonial, do agronegócio, da conservação ambiental... mas afinal que território é esse?

3.1 Um território denominado: Chapada das Mesas

O território da região da Chapada das Mesas, no decorrer do seu processo de ocupação, que teve as suas origens com os indígenas (Timbira), cultura suplantada pela colonização do gado. Recentemente, desde a década de 1980, houve uma nova ocupação: o agronegócio, coexistindo neste território as diversas territorialidades produzidas pelos seus habitantes. Por último, como uma forma de conservação do bioma do cerrado, temos a criação de uma unidade de conservação (PNCM), que possui como determinante a imposição de novas formas de convivência com o ambiente, anteriormente “livre” para o uso comunitário dos povos do cerrado.

Um território em transformação, que engloba atualmente diversos interesses em curso na região, como a implantação dessa unidade de conservação da categoria de proteção integral (MMA/SBF – SNUC, 2004), um modelo restritivo de gestão ambiental, como uma forma de conter o avanço rápido do agronegócio e tentar proteger uma parcela do bioma cerrado maranhense.

Podemos dizer que existem duas frentes territoriais atuais em um mesmo território, ambas dissonantes: uma para a conservação e a outra para a capitalização do uso do solo incluindo a área no espaço do agronegócio internacional. E inseridos neste contexto em curso existem as comunidades sertanejas que são habitantes ancestrais deste território e recebem os impactos diretos desse processo.

Mas afinal quem é o sertanejo da Chapada das Mesas?

Esses povos do cerrado, os sertanejos, há muito tempo desempenham atividades neste meio com ele e para ele. Descritos da seguinte maneira:

Os sertanejos possuem um movimento secular de expansão da ocupação humana dos desertos interiores. Na vastidão do mediterrâneo interior configuram-se diversas variantes de modos de vida que são adaptações locais e funcionais dessa expansão sertaneja. (MMA, 2000, p. 52).

Em relação a colonização desta região (CABRAL, 1992) escreve que não foi muito diferente da que ocorreu em outros espaços territoriais brasileiros, tendo a sua origem no extrativismo, em primeiro momento insipiente, pelo modo de vida indígena e, posteriormente, com a chegada dos colonizadores, com a frente pastoril, que foram modificando as pastagens naturais, substituindo-as por novos pastos, dando início a instituição das fazendas de gado.

Têm-se presente essas relações até a década de 1950, com a fixação desses camponeses em áreas denominadas “da nação,” categorizada por Andrade (2008, p.61) como “as faixas de terra entre uma e outra fazenda de gado, cuja propriedade não era reivindicada por nenhum fazendeiro.” Nela permaneceram cultivando a terra sem pagar aluguel, em alguns casos até o momento presente, como agregados. Esse modo de vida em terras de “Nação”, é

comumente denominado de posse, uma herança ancestral e sem legitimidade perante os registros em cartório.

Esse grupo humano desenvolve a sua maior ligação com o mundo por meio da roça tradicional, da extração de recursos naturais do cerrado, e do trabalho com a criação de gado no sistema extensivo. O gado fica solto por largas extensões de terra, causando, em determinados lugares, a supressão da vegetação devido ao intenso pisoteio.

Aliada a essa forma de trabalho existem as grandes fazendas, que atualmente começam a se modernizar, inclusive com o uso do trator para o preparo do solo, em substituição ao uso das queimadas para a limpeza dos terrenos. Mas esses casos ainda não são a maioria, o que se observa é uma permanência da estrutura fundiária colonial, com a existência de populações sertanejas que vivem em pequenas propriedades e também “cuidam” de propriedades de outros fazendeiros considerados grandes proprietários.

E, nessa rede de usos e transformação da paisagem, insere-se o movimento de conservação da biodiversidade, oriundo da necessidade de conservação do bioma cerrado que interfere no ritmo de vida dessas comunidades tradicionais, que tem o seu tempo das permanências se transformando rapidamente, devido aos novos momentos deste território. Principalmente pelo fato de que alguns desses grupos habitarem no interior de um parque nacional, sujeitos agora à uma legislação que os limita do seu processo de vida, um conflito a ser trabalhado.

4. As unidades de conservação como instrumentos de proteção do meio ambiente no Brasil

4.1 Aspectos relevantes sobre as unidades de conservação no Brasil

Em 2000, foi estabelecido no Brasil o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, por meio da Lei nº 9.985/2000. A implementação do SNUC uniformiza a base conceitual referente às áreas protegidas, especialmente no que concerne às categorias de unidades de conservação nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal) o que resulta em uma maior articulação do processo de gestão do patrimônio ambiental brasileiro.

Após a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) as unidades de conservação ficaram sob a responsabilidade das Coordenações Regionais, que ao todo são onze espalhadas por todo o território brasileiro, ficando o PNCM sob a responsabilidade da CR-5, em Parnaíba, no estado do Piauí. (ICMBio, 2010).

4.2 O processo e as discussões preliminares sobre criação da unidade de conservação

A idéia de criação dessa unidade é bastante antiga, sendo referendada pela entrevista do Professor Municipal, que lembrou que desde a década de 1940 se pensava em criar uma área de conservação dessa paisagem, principalmente pela sua beleza cênica, e posteriormente, na década de 1980, houve a intenção de represar as águas do rio Farinha, para a construção de duas mini-usinas hidroelétricas, o que resultaria no desaparecimento de duas das maiores e mais bonitas cachoeiras da região: Cachoeira do Prata e de São Romão.

Os estudos para a criação da UC foram feitos por equipes compostas de servidores do IBAMA, sede em Brasília, e da gerência executiva de Imperatriz, após a fase de estudos e encaminhamentos do processo de criação, foi realizada uma consulta pública, onde consta que

ocorreu pouca participação dos moradores do interior da unidade, relatado na informação verbal obtida com o Ambientalista Regional.

Essa pouca participação dos sertanejos³ na consulta pública chama a atenção para a realidade desse povo, que por habitar em lugares de difícil acesso com poucos meios de comunicação, e possivelmente pelo fato do total desconhecimento sobre o assunto da consulta, além de outros fatores, ficaram impossibilitados de participar.

Sobre esse fato, conclui-se que essa forma de organização de consulta para a criação de unidades de conservação precisa de maior detalhamento e estudo técnico, pois existe a necessidade de se repensar os procedimentos dessas reuniões para as áreas de difícil acesso, pois a presença dessa população residente no interior das áreas propostas é imprescindível para a efetivação do processo participativo.

Retrocedemos à discussão inicial: ao se iniciar um processo de criação de uma UC de proteção integral é necessário uma valoração maior em relação à presença dessas comunidades tradicionais, pois são parte integrante do meio ambiente que se quer conservar, e dependem dele para a continuidade de sua existência.(MMA, 2000).

Constata-se que não houve um estudo mais detalhado para se apontar a forma como esse território era ocupado, no que tange ao seu modo de vida e o território que os sertanejos necessitam para sua existência. O que ajudaria muito o processo que viria após a fase de criação, ou seja, a implementação do parque, a sua regularização fundiária, diminuindo inúmeros conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo por parte das populações tradicionais, que em sua maioria não possuem o registro de sua propriedade legalizado em cartório, e habitam de forma ancestral nesse território.

Apesar da baixa ocupação da área, deve-se levar em consideração os aspectos territoriais dessa população, e mesmo que seja reassentada em outra área com características parecidas ao anterior, este grupo poderá reagir negativamente com a apropriação de seu território ancestral, causando consequências com a incidência de maior número de queimadas, extração ilegal de produtos florestais, e a não aceitação da unidade de conservação por parte das comunidades do seu entorno, contribuindo assim com o aumento dos riscos e fragilidades para a consolidação da mesma como um instrumento de conservação ambiental, objetivo principal de sua criação.

4.3 O início da implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas

Como planejamento inicial para a implementação da unidade, foram organizadas reuniões com a comunidade local para explicar o significado da existência desse novo modelo de uso do território para a conservação ambiental.

Foram designados dois analistas ambientais como responsáveis pela UC, no caso, um que ficou com o cargo de chefe da unidade e a outra analista ambiental como substituta. Não havendo mais nenhuma infraestrutura, e nem tampouco investimentos para dar início ao cadastro das propriedades e o processo de regularização fundiária.

Considerando a análise do processo de implementação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, com base nos dados levantados por meio desta pesquisa, tem-se como mais relevantes as seguintes ações: I curso de formação de monitores ambientais da região da Chapada das Mesas; Projeto de Diagnóstico sócio-econômico-cultural-ambiental no Parque

³Grupo de população residente nas áreas interiores do território brasileiro, neste caso, habitantes do bioma cerrado. Darcy Ribeiro (1995) define: cultura sertaneja - difundida pelo sertão nordestino até o cerrado do Brasil central pela criação de gado.

Nacional da Chapada das Mesas-MA; a implantação das brigadas de prevenção e combate aos incêndios.

A falta de infraestrutura, de recursos financeiros e a deficiência de pessoal para apoiar as ações de implementação do PNCM são bastante claras.

Apesar de inúmeros problemas existentes no ano de 2007, incluindo as dificuldades com a comunicação entre os diversos setores do IBAMA, tanto em nível estadual como em nível federal, ou seja, a sede em Brasília, relatado no documento IBAMA/PREVFOGO, 2007, a atuação dos brigadistas e a presença constante de servidores federais na área, provavelmente influenciaram a diminuição da incidência de incêndios, que desde o início da implementação da UC em 2006 tiveram o número de focos de calor bem reduzidos. Além do destaque para a parceria com o sindicato dos trabalhadores rurais de Carolina, onde se deu início a um disciplinamento do uso do fogo, no ato de se consolidar a abertura de áreas para o plantio, por meio de orientações sobre como proceder para fazer a queima controlada.

4.4 A percepção dos monitores ambientais locais e alguns representantes da comunidade da área de abrangência do PNCM sobre o processo de implementação da unidade.

A percepção dos sujeitos locais envolvidos no processo de implementação da unidade é importante para a compreensão do processo como um todo, e para apoiar essas concepções traz-se a seguir a fala do Monitor Ambiental III, que ao ser perguntado sobre como percebe a implantação da unidade de conservação no período de 2006 a 2009 relatou:

“Eu vejo na comunidade hoje, tenho contato, muito contato, com muita gente lá de dentro do parque, muitas vezes eu vejo uma insatisfação das pessoas, elas dizem que estavam lá, viveram, cresceram, criaram filhos e hoje elas dizem que não podem fazer nada lá dentro, dentro de sua propriedade, [...]” (Monitor Ambiental III, 2009). [SIC].

A partir deste depoimento, é possível perceber a grande insatisfação por parte dos moradores do PNCM em relação ao que está acontecendo, reclamam da falta e presença dos servidores do órgão responsável pela implementação da UC, e “cobram” o Monitor Ambiental III para que tenham alguma resposta sobre o futuro na área em que habitam, que dependem de suas roças para a subsistência, e ficam indefinidos sobre o que irá acontecer em relação a sua posse neste território.

É inegável a relação de conflito em andamento na região, principalmente em relação às limitações impostas pela gestão da unidade no seu interior, como a proibição de aberturas de novas áreas de plantio, que vai ao encontro da tradição agrícola do uso do fogo e abertura de novas áreas no sistema de pousio, onde as áreas “usadas” por alguns anos ficam à espera de um novo ciclo, em torno de 3 a 4 anos seguintes, e nesse tempo é necessário, segundo esse modelo agrícola, a abertura de áreas novas e com mais matéria orgânica no solo.

Essa forma antiga de convivência das populações tradicionais traz uma discussão sobre a forma que é pensada a criação de unidades de conservação para a preservação de biomas, como é o caso do PNCM, que foi criado tendo em vista a biodiversidade do cerrado. Pois, com a categoria de uso indireto (MMA/SBF-SNUC, 2004, p.7), que é a UC de proteção integral, as populações consideradas tradicionais, no caso dos sertanejos que terão de sair da área reservada para o parque, não sendo levada em conta a sua permanência por mais de um século neste ambiente.

Essa população tradicional tem como garantia quando residem em interior de unidades de proteção integral a assinatura do Termo de compromisso, que deve ser realizado de uma forma em comum com a gestão da UC. Este é um dos caminhos para as soluções dos conflitos em Parques Nacionais (MMA/SBF-SNUC, 2004), que é uma das proposições deste trabalho.

5. As unidades de conservação perante os desafios e pressões da modernização dos meios de produção, a tese em questão.

5.1 O processo de ocupação e as derivações atuais da organização do território da Chapada das Mesas.

A realidade da estrutura fundiária desta região expõe o grupo social representado pelo sertanejo e o fragiliza perante o momento referente ao processo de regularização fundiária governamental constante na legislação a respeito da implementação de unidades de conservação, onde o direito assegurado em receber a indenização pela terra que mora e trabalha, no interior do Parque, está vinculado a posse de matrícula registrada em cartório deste imóvel. Na maioria dos casos, essa população não possui esse registro, e, como esclarece a lei, as pessoas serão indenizadas somente pelas benfeitorias que existirem no terreno.

A legislação brasileira atual, no que se refere ao território dessas populações tradicionais que ficaram inseridas em unidades de conservação, da categoria de proteção integral traz em seu capítulo VII, do SNUC (MMA/SBF – SNUC, 2004), art. 42. p. 30, que:

As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais a sua permanência não seja permitida serão indenizadas, ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público em local e condições acordadas entre as partes.

Com base neste artigo fica esclarecido que existe o direito em lei, porém na prática, a realocação dessas populações é muito conflituosa, principalmente, devido a grande dificuldade em se conseguir uma área igual ou equivalente, pois essas condições de mudança poderão trazer prejuízos ao modo de vida dessas populações, que estão aclimatados há muito tempo nesse mesmo lugar. No caso específico do Parque Nacional da Chapada das Mesas, as áreas do entorno da unidade estão com um valor de mercado em ascensão, devido ao avanço da fronteira agrícola, com destaque para as culturas de soja e eucalipto, tornando a compra dessas áreas muito onerosas para o Estado.

Como complemento, retoma-se o capítulo VII, (MMA/SBF – SNUC, 2004, p. 30) art. 20, inciso 2, que dispõe também sobre essa questão,

[...] Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Com esse embasamento jurídico, considera-se que é possível que essas populações continuem a habitar o seu território, desenvolvendo a sua territorialidade, mediante as

condições estabelecidas em normas específicas entre a gestão da unidade de conservação, por meio do instrumento legal denominado: Termo de Compromisso.

A importância da permanência dessas populações em seu território é ainda maior, quando se considera seu conhecimento imaterial, inerente ao patrimônio cultural dessas populações, definido como

Um conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar dos bens representativos da história e da cultura de um lugar. (BRAYNER, 2007, p. 12).

Esse grupo que habita a região da Chapada das Mesas, em especial os que vivem no interior da unidade, com base em observação direta, promovem um baixo impacto ambiental, pois se utilizam da madeira para a construção de suas casas e, em geral, usam a terra para fechar as paredes. Além disso, a sua agricultura é em pequena escala, o que pode ser conciliado com a elaboração do plano de manejo do PNCM, incluindo assim o patrimônio cultural, considerado como um valor que representa a história e a cultura desse lugar, imputando assim mais um atributo ao ecoturismo a ser desenvolvido no parque.

Já os proprietários que possuem a matrícula do seu imóvel, e não são considerados como população tradicional, os médios e grandes proprietários, em sua maioria, criadores de gado extensivo, seguindo os trâmites previstos em lei, deverão receber indenização pelas suas propriedades e sair da área do parque.

Neste caso, é imprescindível a aceleração dos processos compensatórios oriundos da implantação da hidrelétrica de Estreito, em fase de construção, por meio da compensação ambiental⁴, pois no mesmo ano da criação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, em dezembro de 2005, já estava em andamento o processo de licenciamento para a construção desta UHE, pelo Consórcio de empresas para a construção da UHE de Estreito (CESTE).

5.2. A implantação do PNCM como apoio à conservação da paisagem da Chapada das Mesas

Com a criação de um parque nacional, este espaço como um todo, se coloca como um ponto especial no planeta, tanto do ponto de vista ambiental como cultural. Esse fato, por si, já traz uma dimensão da importância deste lugar, o que neste momento será comentado partindo da sua paisagem e a manutenção dos espaços dos arredores do PNCM, em conjunto com as políticas públicas em desenvolvimento para essa região.

Nestas situações, destaca-se que deve existir um diálogo entre os diversos atores que atuam nestas regiões, inserindo-se também a questão do desenvolvimento regional, que deve ser considerada mediante os processos de proteção de uma paisagem, pois sempre ficará uma pergunta no ar: Para que serve essa paisagem?

Como a paisagem pode ser considerada como um patrimônio natural e cultural de uma dada região, essa valorização deve estar incluída no planejamento e ordenamento do uso territorial da região da Chapada das Mesas, tendo como ponto de partida a unidade de

⁴ De acordo com SNUC: “nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos [...] o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.” (SOUSA, 2006, p.1)

conservação e sua zona de amortecimento como forma de manter a singularidade dessa área como um polo de atratividade para a ampliação do ecoturismo nacional e internacional.

Neste sentido, sugere-se uma discussão regional sobre a ordenação territorial sob os princípios da valorização da paisagem e a sua conservação, como o começo para o planejamento desta região, iniciando-se pela construção do plano de manejo do PNCM.

Destaca-se neste momento a importância desse instrumento para a consolidação do PNCM, que antes de qualquer coisa, deve tratar os componentes do sistema territorial no qual está inserida a unidade. A paisagem ocupa prioritariamente o centro das discussões para que se possa construir uma harmonização entre os interesses e conflitos pelo uso da terra neste território.

A inserção da população local nos processos decisórios sobre o que poderá ocorrer em uma política de conservação no interior da unidade de conservação, alinhando essa política com as outras políticas que existem nos municípios no qual existe a área protegida, em um movimento que “na participação espontânea da sociedade no processo de gestão, uma vez que a “natureza protegida” passa a ser interpretada e internalizada como patrimônio coletivo”. (IRVING, 2006, p. 59).

Instaura-se assim um esforço de análise para o equilíbrio e manutenção da sustentabilidade da região da Chapada das Mesas, listando os principais interesses e atores regionais observados no decorrer deste trabalho.

Encontra-se, historicamente instalados, na área, os grandes fazendeiros, frutos de ocupação antiga, que se utilizam de um modelo de exploração com base na extração dos recursos naturais, base pastoril extensionista, que periodicamente provoca grandes impactos no bioma cerrado pelo sistema de criação do gado que pisoteia a vegetação, com uso de queimadas, ampliando o processo de erosão e deteriorando a fisionomia da paisagem.

Territorializados em um mesmo período histórico apresenta-se o trabalhador agregado, que cuida do gado do fazendeiro, mora em sua propriedade ou em áreas de sua posse oriundas do processo de demarcação das terras privadas, e que ficaram sem registro cartorial, denominadas terras de “Nação”, como comentado anteriormente.

Há também o povo sertanejo que possui ligações de simbiose com o ambiente que o cerca, marcados pela presença na paisagem sob sua forma de viver e perpetuar seus costumes de geração para geração. São comumente chamados de extrativistas, e exercem impactos na vegetação por meio das queimadas para o plantio de roça no toco. Para evitar esse tipo de procedimento, a queimada, seriam necessárias ações conjuntas para uma transformação no modo de uso do cerrado, baseada em princípios da agroecologia⁵.

Encontram-se também os investidores representantes de grandes empresas agrícolas, fruto do avanço da fronteira agrícola, num modelo de cultivo monocultor e voltado para o comércio exterior, com uso de moderna tecnologia para a produção. Esse tipo de uso em áreas do cerrado provoca grandes e rápidas transformações na paisagem do local.

Destacam-se também os empresários do setor do turismo, que possuem pousadas, restaurantes, agências e hotéis, dentre outros serviços. Faz parte desse grupo a associação de monitores ambientais locais que atuam nesta área.

⁵Na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção [...]. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL, 2004, p.12).

O Parque Nacional da Chapada das Mesas, em processo de implantação, estimula a inserção da região no destino do ecoturismo nacional e internacional, ampliado pelo discurso da conservação do bioma do cerrado e das diversas formas de vida que o compõem.

Concomitantemente a todos esses atores regionais, temos as políticas locais, representadas pela composição partidária dos municípios que compõem a região, mais especificamente, os políticos do município de Carolina, onde foram acompanhadas algumas discussões sobre o uso do território em questão.

A conservação desse patrimônio natural e cultural é importante também como uma nova forma de valor a tudo que se refere a esse lugar, ou seja, uma identificação com o simbólico que representa a Chapada das Mesas e todo o potencial natural e cultural que está no seu território. Veiga (2005, p. 78) escreve que:

Durante muito tempo o patrimônio foi visto pelos governantes apenas como um item orçamentário de custeio. Isto é, de despesas como um consumo improdutivo.[...] Por isso, a proteção salvaguarda e conservação desses patrimônios era obrigação exclusiva dos Estados centrais. As autoridades locais eram, ao contrário, acusadas de cumplicidade na destruição das paisagens, remanescentes de arquitetura antiga, lugares simbólicos, monumentos, etc.

Talvez seja o momento de se pensar o desenvolvimento regional partindo-se do local, deixando-se para trás a visão do século passado, quando a conservação do patrimônio, seja ele natural ou cultural, era feita somente por obrigação, além de gerar dispêndios financeiros aos cofres públicos municipais, e por isso deixado em segundo plano nos planejamentos dos mesmos.

O autor escreve sobre a forma como o patrimônio pode ser entendido como uma oportunidade de consumo produtivo, em países desenvolvidos, e como, em muitas comunidades, se transformaram em protagonistas de sua valorização. Ele define a questão da seguinte maneira:

O patrimônio está longe de se resumir a elementos físicos, como as paisagens, obras artísticas, ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território. É o conjunto desses recursos que dá suporte a várias atividades econômicas. Ela também exerce forte influência sobre os comportamentos residenciais das famílias de classe média, fatores que podem viabilizar projetos de desenvolvimento local. (VEIGA, 2005, p.78).

Partindo dessas considerações, urge a necessidade da promoção de um diálogo aberto entre todas as instituições que atuam neste território para uma construção mais harmônica neste conjunto que representa o patrimônio natural e cultural da Chapada das Mesas.

Neste diálogo entre as instituições que atuam na região, é necessária a priorização dos caminhos a serem seguidos. Deve-se levar em consideração que ao se conservar essa paisagem como um atributo que possibilita a identidade a um povo, estará se protegendo os valores socioculturais construídos no decorrer dos processos históricos dessa população.

Considerações finais

A abordagem metodológica com base na perspectiva do GTP, possibilitou uma maior compreensão sobre as diversas formas de uso para um mesmo território, e, a multifuncionalidade da paisagem que pode promover a participação social no contexto da gestão ambiental da área em questão.

Fruto desta perspectiva percebeu-se que a paisagem do cerrado possui um valor como representação da identidade dos habitantes dessa região, mas que necessita ser valorizada em conjunto com as formações dos tabuleiros, conhecidos também como mesas, que dão o maior significado para todo o conjunto paisagístico da região da Chapada das Mesas.

Além, do alto nível de antropização que se apresenta no interior da unidade de conservação, devido ao uso intenso de sua biodiversidade, fruto de um longo processo de ocupação representado pela frente agropastoril, instalada há mais de dois séculos na região, é um fator a ser destacado em meio ao conjunto ambiental desta área, que precisa de programas de recuperação de áreas degradadas, visando a manutenção do bioma cerrado.

Quanto às dificuldades principais na gestão, detectadas neste início de implementação destacam-se:

- Ausência de infraestrutura mínima para que a equipe técnica possa ter condições de um bom desenvolvimento do trabalho diário;
- A existência de apenas dois servidores como responsáveis pela gestão da unidade de conservação; além de possuírem pouca autonomia administrativa para desenvolver o processo de gestão, que possui um nível alto de dependência do núcleo central;
- Falta de meios de transporte adequados para as dificuldades de acesso ao interior da área do PNCM;
- Existência de poucos recursos financeiros para as despesas de custeio, projetos, entre outras necessidades;
- Falta de integração de políticas de desenvolvimento para a área em questão, em nível municipal, estadual e federal. No que se refere ao nível federal, ocorreu o direcionamento dos recursos de compensação ambiental, oriundo da implantação da UHE de Estreito, que foram pulverizados e divididos com outras unidades de conservação, no mesmo bioma, porém, em outras regiões, comprometendo assim a regularização fundiária desta unidade, que é afetada diretamente pelo empreendimento em questão.

Percebeu-se que existe uma visão do local e outra do órgão central em Brasília, e que a visão do grupo do núcleo central precisa ser ampliada em relação aos que estão na ponta, como são chamados os núcleos dos estados e principalmente os que estão em áreas remotas, distante dos grandes centros urbanos, pois, ao se planejar ações em regiões com extremas dificuldades de deslocamento e infraestrutura local é necessário uma maior atenção e principalmente valorização das proposições técnicas da equipe que se encontra trabalhando no local.

Apesar das inúmeras dificuldades detectadas neste início de gestão, é importante destacar que o comprometimento por parte dos servidores responsáveis pela gestão dessa unidade possibilitou os seguintes avanços no processo de implantação do parque: ampliação do conhecimento sobre as potencialidades para a conservação da unidade, com a diminuição da incidência de incêndios criminosos; com a instituição do ICMBio ocorreu uma melhora das relações entre os níveis de decisão centralizados em Brasília e a ponta, via Parque Nacional da Chapada das Mesas.

Consolidaram os limites do parque perante a comunidade que participou das reuniões realizadas pelo projeto de diagnóstico. Um grande avanço perante situações precárias de infraestrutura e alta deficiência de servidores para a montagem das equipes de apoio.

Quanto à percepção dos envolvidos com o processo de implementação do PNCM, temos as seguintes impressões:

- Existe uma grande insatisfação por parte dos moradores do PNCM em relação ao que está acontecendo. Reclamam da falta de presença dos servidores do órgão responsável pela implementação da UC, querem respostas sobre o futuro na área em que habitam, pois dependem de suas roças para a subsistência, com uma instabilidade sobre o que irá acontecer em relação a sua posse neste território.
- Necessidade de aumento de integração entre as políticas locais, regionais e nacionais, que, na visão de alguns dos sujeitos entrevistados, precisa de políticas direcionadas e articuladas em um rumo para o desenvolvimento regional sustentado, sem deixar que a população afetada pelos novos usos de seu território, fiquem sem esperança em seu futuro.
- Entendendo essa questão, por parte dos poderes locais, de passar as responsabilidades de gestão do território do interior do PNCM só para o poder Federal, como uma forma de sair do problema e se colocar contra a implantação da mesma, um jogo de política e de inversão de valores para confundir e manter a relação de poder político local perante o imaginário do coletivo dos moradores do interior da UC.
- Uma parcela dos entrevistados considera a forma de gestão da unidade de conservação distante da realidade do local, com um caráter impositivo de proibição ao uso dos recursos naturais, implantação de roças, no interior da unidade, demonstrando descontentamento sobre a forma de pressão social imputada por meio de multas, prejudicando as populações que não possuem outras alternativas de sobrevivência.
- Falta de investimentos por parte do governo federal no que diz respeito à: regularização fundiária das propriedades no interior do Parque, infraestrutura de apoio ao turismo, contratação de mais servidores, projetos que possibilitem o envolvimento da população do local, ampliação do diálogo entre a comunidade e a gestão da unidade de conservação.

Com base nos resultados desta investigação, considera-se que a população tradicional que está inserida no perímetro desta unidade de conservação não possui, em sua maioria, registro de suas propriedades, continue em sua área, seja por meio da formalização de Termo de Compromisso, ou, pela criação de uma “zona de uso especial”, um caminho mais justo e equitativo para essa questão.

Sobre a chegada da agroindústria a esse território, essa mesma população sofrerá com as novas formas de uso, e as transformações produzidas nos territórios que ocupam, destacando a importância de criação de políticas públicas no sentido de valorização do conhecimento que essas populações possuem sobre o patrimônio imaterial, inerente ao patrimônio cultural sertanejo.

Sendo assim, a paisagem e a sua multifuncionalidade, que deve ser respeitada e ordenada territorialmente, num processo coletivo que se direcione para a conservação como um todo, ultrapassando os limites territoriais do PNCM, e abrangendo a região da Chapada das Mesas de uma forma global.

Cabendo a cada uso da paisagem e/ou a sua conservação ser exercida pelos diversos agentes sociais que habitam este território, tendo sempre em vista um equilíbrio dinâmico e sustentável entre os usos e a sua conservação, segundo a ótica da paisagem do cotidiano, comentada anteriormente. Valorizando os modos de vida, saberes, fazeres, que são integrantes

da sociedade da Chapada das Mesas, independente de ser: indígena, sertaneja, latifundiária, grandes ou pequenos agricultores e empreendedores: do turismo, do comércio, entre muitas outras funcionalidades a qual essa paisagem pode envolver.

Referências

ANDRADE, Maristela Paula, SOUZA FILHO, Benedito (Org.). **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa.** São Luís: Edufma, 2008.

BERTRAND, George; BERTRAND, Claude. **Uma Geografia Transversal e de Travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** (Org.) PASSOS, Messias Modesto dos, Maringá: Massoni, 2007.

BRASIL, Decreto 2.661 de 8 de julho de 1998. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 07 de out. de 2011.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais.** Brasília: IPHAN, 2007.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do sul do Maranhão.** Maranhão: SECMA, 1992.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** (Org.) CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; Brasília MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. **Paisagens: aprendizados mediante as experiências, um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem.** Tese de livre docência apresentada ao Deptº de Geociências- UNESP - Rio Claro. Rio Claro: Unesp, 2007.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Projeto de diagnóstico socioeconômico-cultural-ambiental no Parque da Chapada das Mesas-MA.** MARQUES, Ana Rosa; TCHAICKA, Lígia; LIMA, Leôncio Pedrosa, Maranhão, 2006. não publicado.

_____. **Relatório de Ocorrências de Incêndios em Unidades de Conservação Federais** Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em: 10 de ago. de 2010.

IBAMA/PREVFOGO. **Relatório de acompanhamento mensal das atividades desenvolvidas pela brigada de prevenção e combate a incêndios florestais- julho de 2007.** não publicado.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de Conservação Federais.** Disponível em: www.icmbio.gov.br. Acesso em: 14 de out de 2010.

IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, Rio de Janeiro, 2006.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Antonio Carlos Diegues et al (Org.). COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade; NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, Universidade de São Paulo, SP, 2000.

MMA/SBF – SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto n 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. aum. Brasília, 2004. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 de out 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomias do bioma cerrado. In: Sano, S. M.; Almeida, S.P. (Eds.) **Cerrado: ambiente e flora**. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 89-166.

SILVA, C. A.F. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In SANTOS, Milton et al. **Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Lamparina, Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA, Jadilson Cirqueira de. **O Parque Nacional Chapada das Mesas e a problemática de recursos para sua implementação**. Disponível em: www.ecodebate.com.br. Acesso em: 13 de junho de 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira, São Paulo: Difel, 1980.

VEIGA, José Eli da. **Do global ao local**. Armazém do Ipê (Autores associados), Campinas, 2005.

Artigo recebido em 01-10-2013
Artigo aceito para publicação em 20-06-2014